

O tabu da Santa Sé

ROMA – A proteção que hoje o Vaticano, a cúria e a diocese de Florença dão ao padre ruandense Atanásio Bura Seromba não é um caso isolado na longa história da Igreja Católica. Mesmo para o Estado italiano, sempre foi difícil ou impossível investigar, prender, obter autorização para processar ou condenar qualquer cidadão do Vaticano, fosse figura da alta hierarquia ou simples membro do clero italiano.

Até hoje, ninguém sabe ao certo como e por que o comandante da Guarda Suíça, responsável pela segurança no Vaticano, Alois Estermann, sua mulher Gladys Meza Romero e um subordinado foram encontrados mortos em seu apartamento, ao que tudo indica vítimas de um homicídio passional. Impedida pela Concordata que disciplina as relações da Itália com o Vaticano, a polícia italiana não pôde sequer iniciar uma investigação sobre o misterioso caso daquele tríplice assassinato. O caso foi dado por encerrado e arquivado com uma explicação pouco convincente: o coronel-comandante da Guarda Suíça e sua mulher podem ter sido assassinados por um jovem cabo da Guarda Suíça, o subordinado, que deve ter abusado das drogas naquela noite fria do começo de 1999.

Em outro caso em que a proteção do Vaticano funcionou com sucesso total, o bispo americano e amigo pessoal de João Paulo II, monsenhor Paul Marcinkus, ex-diretor do Instituto para Obras de Religião (conhecido como o Banco do Vaticano) não pode ser processado pela justiça italiana. O Vaticano negou-se a extraditá-lo e a dois de seus mais importantes conselheiros italianos – os financistas Luigi Mennini e Pellegrino de Strobil, seriamente comprometidos com banqueiros da Máfia, com um grão-mestre de uma loja maçônica e a falência do antigo Ambrosiano, maior banco católico da Itália – da Cidade do Vaticano para Roma.